

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
VIGILÂNCIA E SOCORRO NAS PRAIAS DE BANHOS DO CONCELHO DE MACHICO NA ÉPOCA BALNEAR 2025**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**PARTE I**

**CLÁUSULAS JURÍDICAS**

**Capítulo I**

**Disposições Gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1 — O presente caderno de encargos (C.E.) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de vigilância e socorro nas praias de banho do Concelho de Machico, nomeadamente: Praia da Banda D'Além, Praia de São Roque, Praia da Ribeira de Natal, Prainha e Complexo Balnear do Porto da Cruz, incluindo os respetivos equipamentos de socorro e primeiros socorros, durante todo o período definido para a época balnear 2025.

2 — Conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o procedimento insere-se na categoria 75252000-7 - Serviços de socorro.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### Cláusula 3.ª

##### **Prazo da Prestação do Serviço**

1 — O adjudicatário obriga-se a garantir o serviço identificado na cláusula 1.ª a época balnear de 2025, o período compreendido:

- Praia da Banda D'Além - entre 13/06/2025 a 28/09/2025;
- Praia de São Roque – 25/06/2025 a 28/09/2025;
- Praia da Ribeira de Natal – 13/06/2025 a 28/09/2025;
- Prainha – 30/06/2025 a 28/09/2025;
- Complexo Balnear do Porto da Cruz – 13/06/2025 a 28/09/2025.

2 — O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3 — A prestação dos serviços será executada com periodicidade da época balnear de 2025, de acordo com as especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante, e conforme as necessidades da entidade adjudicante.

**Cláusula 4.ª****Local da Prestação do Serviço**

O contrato será executado nas praias de banho do Concelho de Machico abaixo indicadas.

- Praia da Banda D'Além;
- Praia de São Roque;
- Praia da Ribeira de Natal;
- Prainha;
- Complexo Balnear do Porto da Cruz.

**Cláusula 5.ª****Controlo e Fiscalização**

1 — Na execução do contrato o Município de Machico procederá à respetiva fiscalização, de forma a verificar se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — Até ao dia definido no ponto 2 da cláusula 3.ª, os serviços do Município de Machico verificarão se a montagem dos elementos está efetuada conforme as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

3 — Os serviços do Município de Machico verificarão se o contrato foi executado em conformidade.

4 — Nas análises a que se referem os números anteriores, o adjudicatário deve prestar ao Município de Machico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

5 — No caso das fiscalizações a que se referem o n.ºs 1 a 3 não comprovarem a conformidade do serviço prestado com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I do presente caderno de encargos, o Município de Machico deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

6 — No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Machico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

**Cláusula 6.ª****Aceitação dos serviços**

Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ele designado, sempre que a entenda necessário procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos serviços prestados, no sentido de verificar a sua conformidade e proceder à sua aceitação.

**Capítulo II****Obrigações das partes****Secção I****Obrigações principais do adjudicatário****Cláusula 7.ª****Obrigações do Adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário a execução dos serviços nos seguintes termos:

- a) Executar o serviço de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo I do presente caderno de encargos;
- b) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;
- c) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- d) Obrigação de afetar à prestação de serviços os Nadadores-Salvadores, de acordo com o perfil e condições constantes no anexo I do presente caderno de encargos, em número suficiente para o exato cumprimento da execução do contrato;
- e) Obrigação de designar um coordenador responsável pela gestão do contrato, disponível para prestar o devido suporte, bem como quaisquer alterações a essa designação;
- f) Obrigação de cumprir com a Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e a Portaria n.º 311/2015 de 28 de

setembro, nomeadamente, no que diz respeito aos deveres gerais e especiais do nadador-salvador, nos termos dos artigos 40.º e 41.º da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e dos artigos 27.º e 28.º da Portaria n.º 311/2015 de 28 de setembro;

- g) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que, entretanto, venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato;
- h) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Município de Machico os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- i) Assumir a responsabilidade pelos danos materiais ou pessoais diretamente imputáveis ao seu pessoal, durante e em consequência da execução dos serviços.
- j) Obrigação de fornecimento de todos os materiais/equipamentos necessários e adequados à execução das tarefas adstritas à prestação de serviços;
- k) Prestar as informações que forem solicitadas pela Câmara Municipal, no prazo máximo de 5 dias úteis;
- l) Obrigação de no caso de não ser possível o cumprimento do prazo definido na alínea anterior, deverá o adjudicatário informar o Município, apresentado a devida justificação e proposta de calendarização alternativa;
- m) Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratualizados;
- n) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- o) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.
- p) Comunicar ao Município de Machico quais os responsáveis pela prestação dos serviços.
- q) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos
- r) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações registos e licenças necessárias para o

pontual cumprimento do contrato.

- s) Obrigação de respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho, relativamente a todo o pessoal utilizado para a realização da Prestação de Serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- t) Respeitar as normas aplicáveis em vigor, em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;

2 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e equipamentos técnicos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 8.ª

##### **Atualizações Jurídico-Comerciais**

1 — O adjudicatário deve comunicar ao Município de Machico, através da figura do Gestor de Contrato, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;
- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2 — O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

#### Cláusula 9.ª

##### **Equipamentos e materiais**

- 1 — Compete ao Adjudicatário a responsabilidade pela instalação de serviços, pessoal, equipamentos e outros materiais necessários à boa execução dos trabalhos.
- 2 — Constitui encargo do Adjudicatário, o fornecimento de todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.
- 3 — Os equipamentos e materiais devem satisfazer, quanto às suas características e funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis.
- 4 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### Cláusula 10ª

##### **Recursos Humanos**

- 1 — São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal por si utilizado na execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional, à disciplina, à sua conduta, ao seu comportamento moral e à sua responsabilidade civil.
- 2 — Os trabalhadores do adjudicatário devem apresentar-se uniformemente equipados e devidamente identificados.
- 3 — O adjudicatário obriga-se a ter ao seu serviço, pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional onde se inclui o conhecimento dos procedimentos a adotar para garantir a vigilância e socorro nas praias de banho e complexo balnear definidos neste caderno de encargos.

#### Cláusula 11ª

##### **Segurança, higiene e saúde no trabalho**

- 1 — O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado nesta prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
- 2 — O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e segurança do pessoal empregado nesta prestação de serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 — Em caso de negligência do adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas a fiscalização poderá tomar, à custa dele as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do prestador de serviços.

4 — O adjudicatário apresentará, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a fiscalização o exigir, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal.

5 — Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará 30 dias depois de ter feito à Câmara Municipal de Machico a respetiva comunicação.

6 — O adjudicatário deverá respeitar o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde, nomeadamente no que respeita à coordenação em matéria de segurança e saúde. Se o prestador de serviços não der cumprimento ao disposto na referida legislação o Município de Machico tem o direito de rescindir o contrato.

#### Cláusula 12.<sup>a</sup>

##### **Dever de sigilo**

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, ou outra, relativa ao Município de Machico, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 13.<sup>a</sup>

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer



causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.<sup>a</sup>

**Patentes, licenças e marcas registadas**

1 — São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 15.<sup>a</sup>

**Conformidade e Garantia Técnica**

1 — O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2 — O Objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Seguros**

1 — É da responsabilidade do adjudicatário todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato devendo recorrer à cobertura, através de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- A obrigação de indemnizar terceiros;
- Responsabilidade Civil;
- Relativos à vida, à saúde e à integridade física das pessoas a seu cargo.

2 — O Município de Machico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la dentro do prazo indicado.

Cláusula 17.<sup>a</sup>**Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

1 — O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2 — Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.

3 — O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.

4 — No caso em que a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 — O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 — O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 — O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 — Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Segunda Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Segunda Outorgante e o referido colaborador.

9 — A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

## **Secção II**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;

- b) Facultar toda a informação relativa aos serviços prestados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;
- c) Pagar ao Adjudicatário o preço contratual, nas condições estabelecidas no contrato a celebrar;
- d) Respeitar a legislação aplicável, nomeadamente a legislação ambiental, de segurança bem como os procedimentos que sejam comunicados e exigidos pelo adjudicatário na utilização das suas instalações.
- e) Designar o gestor do contrato;
- f) Monitorizar a execução do contrato;
- g) Aplicação das devidas sanções contratuais em caso de incumprimento, quando aplicável.

Cláusula 19.ª

**Consulta Preliminar ao Mercado**

- 1 — Para efeitos de definição do preço contratual foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, pela Subunidade do Ambiente e Sustentabilidade, nos termos do artigo 35º - A do Código dos contratos Públicos.
- 2 — A consulta preliminar incidiu apenas na cotação do valor para o fornecimento da prestação do serviço objeto do presente contrato.
- 3 — Nos termos do nº 4, do artigo 35.º-A, do CCP, o preço base indicado na cláusula seguinte, foi calculado, tendo como referência a média dos valores apurados na consulta preliminar ao mercado.

Cláusula 20.ª

**Preço base**

- 1 — Para efeitos do presente procedimento, o preço base é de **99.385,00 €** (noventa e nove mil e trezentos e oitenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor), se este for devido.
- 2 — O preço base é o valor máximo que a entidade adjudicante está disposta a contratar pela prestação do serviço objeto do presente procedimento.

Cláusula 21.ª

**Preço contratual**

- 1 — Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Machico deve pagar ao adjudicatário o preço

resultante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devido.

2 — O preço referido na cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Machico.

3 — Em caso de faltas dos nadadores-salvadores, será realizado o ajuste no valor mensal dos dias efetivamente trabalhados.

4 — O preço contratual deverá ser mantido durante todo o período de vigência do contrato.

5 — Caso o Município de Machico venha a ser demandado por ter infringido, quaisquer direitos referentes à utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, tenha e de todas as quantias que tenha de pagar a título de indemnização.

#### Cláusula 22.ª

#### **Revisão de preços**

Os valores apresentados na proposta do concorrente vigorarão até ao fim do contrato, não sendo possível a revisão de preços.

#### Cláusula 23.ª

#### **Condições de pagamento**

1 — As quantias devidas pelo Município de Machico nos termos da cláusula anterior serão processadas e pagas de acordo com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública Local.

2 — O serviço deverá ser faturado mensalmente, após a efetiva prestação do mesmo, contabilizados o n.º de dias prestado.

3 — Eventuais acertos a efetuar ao valor a faturar, nomeadamente os decorrentes de eventuais faltas ao serviço, deverão ser refletidos na última fatura, no final da prestação do serviço.

4 — Em caso de discordância por parte do Município de Machico quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura

corrigida, caso esta seja devida.

5 — Não haverá lugar a adiantamentos.

#### Cláusula 24.ª

##### **Faturação**

1 — É obrigatório o envio de faturação eletrónica conforme indicações definidas no Decreto-Lei 14-A/2020, de 7 de abril bem como da mais recente alteração do Decreto-Lei n.º 104/2021 de 27 de novembro.

2 — A fatura do objeto do contrato deverá ser emitida de acordo com as solicitações da entidade adjudicante e após a execução dos trabalhos e a aceitação da mesma por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis.

3 — As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Machico, NIF 511 239 440, sito no Largo do Município, 9200-099 Machico, e remetidas para a solução adotada pelo Município de Machico, a plataforma EDI iLink, acessível em <https://www.ilink.pt.>, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:

- a) N.º compromisso;
- b) Descrição do fornecimento;
- c) Preços unitários;
- d) Taxa de IVA aplicável;
- e) Valor total da fatura: valor sem IVA e valor com IVA.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### **Capítulo III**

#### **Penalizações Contratuais**

#### Cláusula 25.ª

##### **Penalidades contratuais**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Machico pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do

incumprimento, em caso de incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos a produzir ao abrigo do contrato.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o Município de Machico poderá aplicar ao prestador de serviços o seguinte regime de penalidades:

- a) Serviços em falta - calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $P = F_h \times P_h \times 2$ , em que P corresponde ao valor da penalidade,  $F_h$  corresponde ao número de horas em falta e  $P_h$  ao preço/hora respeitante a essas horas em falta, estabelecido em 6,00€;
- b) Serviços em falta - calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $P = F_d \times P_d \times 2$ , em que P corresponde ao valor da penalidade,  $F_d$  corresponde ao número de dias em falta e  $P_d$  ao preço/dia respeitante a esses dias em falta, estabelecido em 60,00€;
- c) 100,00€ por cada incumprimento de qualquer outra obrigação.

3 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Machico poderá exigir a este o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

4 — Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Machico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Machico terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Machico exija uma indemnização pelo dano excedente.

7 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

8 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador e as

consequências do incumprimento.

9 — O Município de Machico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

#### Cláusula 26.<sup>a</sup>

##### **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas e pandemias.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 27.ª

**Trabalhadores afetos à aquisição de serviços**

O adjudicatário garante o cumprimento das regras estabelecidas no artigo 419º-A do CCP, relativas ao regime de contrato de trabalho aplicável aos trabalhadores afetos à presente aquisição de serviços.

Cláusula 28.ª

**Responsabilidades**

1 — O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2 — Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3 — Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4 — Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 29.ª

**Caução**

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a

prestação de caução.

Cláusula 30.<sup>a</sup>

**Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333º conjugado com o artigo 448º do CCP.

2 — O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 31.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, o adjudicatário pode resolver o contrato, no caso da entidade adjudicante não cumprir com a sua parte do contrato.

2 — O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º e 449º do CCP.

**Capítulo IV**

**Disposições Finais**

Cláusula 32.<sup>a</sup>

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, nem proceder à subcontratação nos termos do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 33.<sup>a</sup>

**Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 — As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 34.ª

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 35.ª

#### **Gestor do Contrato**

1 — O contraente público deve designar um gestor do contrato nos termos do artigo 290.º – A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i) do artigo 96º do CCP.

2 — Caberá ao gestor de contrato a responsabilidade de controlar a execução financeira, técnica e material do contrato.

3 — O nome, e contactos do gestor de contrato do adjudicatário serão indicados no Programa de procedimento.

Cláusula 36.ª

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 37.ª

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação em vigor, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de 19 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, e Lei 31/2021 de 21 de maio e subsidiariamente, a demais legislação subsidiária.
- b) Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto que aprova o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador;

- c) Portaria n.º 311/2015 de 28 de setembro, alterada pela Portaria 168/2016, de 16 de junho, o Regulamento que aprova o regime aplicável à atividade de nadador-salvador, bem como às restantes entidades que asseguram informação, apoio, vigilância, segurança e socorro e salvamento no âmbito da assistência a banhistas, e, subsidiariamente, a demais legislação subsidiária.

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
VIGILÂNCIA E SOCORRO NAS PRAIAS DE BANHOS DO CONCELHO DE MACHICO NA ÉPOCA BALNEAR |  
2025**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**ANEXO I**

**Cláusulas Técnicas**

**Cláusula 1ª**

**Objeto da prestação do serviço**

O objeto principal será a prestação de serviços de vigilância e socorro nas praias de banho do Concelho de Machico, nomeadamente:

- Praia da Banda D'Além:
- Praia de São Roque;
- Praia da Ribeira de Natal,
- Prainha
- Complexo Balnear do Porto da Cruz,

incluindo os respetivos equipamentos de socorro e primeiros socorros, durante todo o período definido para a época balnear 2025.

**Cláusula 2ª**

**Características, condições e quantidades dos serviços a prestar**

1 — O contrato a celebrar prevê a prestação de serviços de nadadores-salvadores para a vigilância das praias do concelho de Machico para o exercício de atividades de informação, apoio, vigilância, segurança, socorro e salvamento prestado a banhistas, designadamente:

LOCAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	N.º POSTOS DE PRAIA	N.º NADADORES-SALVADORES	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS	HORÁRIO	PERÍODO
<b>PRAIA DA BANDA D'ALÉM (MACHICO)</b>	1	2	Curso de formação adequado ao desempenho da atividade de nadador salvador profissional	09:00h às 19:00h	13/06/2025 a 28/09/2025
<b>PRAIA DE SÃO ROQUE (MACHICO)</b>	1	2	Curso de formação adequado ao desempenho da atividade de nadador salvador profissional	09:00h às 19:00h	26/06/2025 a 28/09/2025
<b>PRAIA DA RIBEIRA DE NATAL (CANIÇAL)</b>	1	3	Curso de formação adequado ao desempenho da atividade de nadador salvador profissional	09:00h às 19:00h	13/06/2025 a 28/09/2025
<b>PRAINHA (CANIÇAL)</b>	1	2	Curso de formação adequado ao desempenho da atividade de nadador salvador profissional	09:00h às 19:00h	30/06/2025 a 28/09/2025
<b>COMPLEXO BALNEAR DO PORTO DA CRUZ</b>	-	1	Curso de formação adequado ao desempenho da atividade de nadador salvador profissional	09:00 às 19:00	13/06/2025 a 28/09/2025

2 — A prestação de serviços terá como finalidade a vigilância e segurança permanentes das praias do concelho de Machico, conforme obrigação expressa na Portaria 311/2015, de 28 de setembro, alterada pela Portaria 168/2016, de 16 de junho.

3 — O Adjudicatário deverá, ainda, indicar um coordenador da prestação de serviços, responsável pela gestão da execução do contrato e respetiva interlocução com o Município de Machico.

4 — O preço contratual apresentado pelo adjudicatário contém todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Machico, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

### Cláusula 3ª

#### **Encargos do prestador de serviço**

O prestador de serviços deve assegurar:

- a) Pessoal em número suficiente para o exato cumprimento da execução do contrato;
- b) A substituição dos nadadores-salvadores;
- c) O cumprimento com a Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e a Portaria n.º 311/2015 de 28 de setembro, nomeadamente, no que diz respeito aos deveres gerais e especiais do nadador-salvador, nos termos dos artigos 40.º e 41.º da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e dos artigos 27.º e 28.º da Portaria n.º 311/2015 de 28 de Setembro.
- d) A manutenção e substituição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento harmonioso do serviço contratado;
- e) A reposição dos produtos, materiais e equipamentos utilizados durante o serviço, incluindo os produtos farmacêuticos utilizados durante a execução do contrato;

### Cláusula 4ª

#### **Conteúdo das tarefas a desenvolver**

No âmbito da presente contratação, compete ao prestador de serviços:

- a) Assegurar o serviço de vigilância e socorro durante toda a época balnear de 2025;
- b) Assegurar, em todas as áreas balneares consideradas no caderno de encargos, a permanência de nadadores-salvadores todos os dias da época balnear de 2025, no período compreendido entre as 09:00 horas e as 19:00 horas;
- c) Deverão ser assegurados 2 (dois) nadadores-salvadores na Praia Banda D'Além de Machico, 2 (dois) nadadores-salvadores na Praia de São Roque, 3 (três) nadadores-salvadores na Praia da Ribeira de Natal, 2 (dois) nadadores-salvadores na Prainha (Caniçal) e 1 (um) nadador salvador no Complexo Balnear do Porto da Cruz, devidamente uniformizados, equipados e identificados.
- d) Prestar o apoio, auxílio ou socorro a todos os utentes das áreas balneares consideradas neste caderno de encargos que se encontrem em situações de perigo, de emergência, com dificuldades ou que sejam vítimas de algum acidente que ocorra nos sectores vigiados;

- e) Equipar os nadadores-salvadores nas áreas balneares com uniforme próprio para este serviço, de acordo com os regulamentos em vigor, permitindo a identificação por parte dos utentes e autoridades de que se encontram no exercício da sua atividade;
- f) Cada nadador-salvador deverá dispor de dois pares de luvas descartáveis, uma máscara de ressuscitação e um apito;
- g) Equipar os sectores vigiados das áreas balneares, com sinalização de bandeiras de acordo com as instruções técnicas do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN);
- h) Equipar e colocar o posto de praia com todo o material e consumíveis necessários à atividade de socorro no mar, de acordo com as normas fixadas pelo órgão local de Autoridade Marítima competente e pelo ISN;
- i) Equipar a mala de primeiros socorros e com todos os respetivos consumíveis, de acordo com as normas fixadas pelo órgão local de Autoridade Marítima competente e pelo ISN;
- j) Promover ações de sensibilização/informação para a prevenção de acidentes na praia, nomeadamente, através de desdobráveis a serem entregues aos utentes das áreas balneares;
- k) Informar o Município de Machico de potenciais situações de perigo existentes nas áreas balneares para que as mesmas sejam corrigidas ou minoradas;
- l) Coordenar e fiscalizar os elementos de segurança colocados em cada uma das áreas balneares.

#### Cláusula 5ª

##### **Perfil dos Nadadores-Salvadores**

Os nadadores-salvadores a afetar à prestação de serviços devem reunir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Estarem devidamente habilitado com o curso de formação adequado ao desempenho da atividade de nadador-salvador profissional, nos termos Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e a Portaria n.º 311/2015 de 28 de setembro;
- b) Encontrarem-se certificados com a categoria adequada ao desempenho de funções;
- c) Serem detentores de capacidade física adequada e possuir as inspeções técnicas atualizadas e realizadas pelo ISN;



- d) Deterem o domínio da língua portuguesa e conhecimentos de língua inglesa adequados ao desempenho das suas funções.

Cláusula 6.ª

**Plano de colocação dos Nadadores-Salvadores**

- 1 — Com uma antecedência mínima de cinco dias em relação à data de início da época balnear, o adjudicatário terá de entregar à Divisão de Desporto, Educação e Cultura, do Município de Machico a lista de afetação dos Nadadores-Salvadores, de acordo com o modelo que será disponibilizado no seguimento da adjudicação, bem como todos os elementos biográficos a eles relativos, que incluam documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos constantes da cláusula 4.ª das Cláusulas Técnicas.
- 2 — O adjudicatário fica ainda obrigado, no prazo máximo de cinco dias, a proceder, em articulação com o Município de Machico, à substituição dos técnicos, sempre que, de modo comprovado, se verifique a sua inadaptação ou incapacidade para desenvolver a sua atividade de forma adequada.

Cláusula 7.ª

**Substituição dos Nadadores-Salvadores**

- 1 — Em caso de falta ou impedimento pontual dos Nadadores-Salvadores, nos horários que lhe forem atribuídos pelo adjudicatário:
- a) O adjudicatário terá de assegurar a sua substituição, sob pena de lhe poder ser exigido o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o previsto na Cláusula 25.ª das Cláusulas Jurídicas do presente caderno de encargos;
  - b) Nos casos de impedimento por motivos de força maior, nos termos da Cláusula 26.ª das Cláusulas Jurídicas, o adjudicatário deverá comunicar por escrito ao Município de Machico, no prazo máximo de cinco dias úteis, sob pena de lhe poder ser exigido o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o previsto na Cláusula 23.ª das Cláusulas Jurídicas do presente caderno de encargos.
- 2 — Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do Nadador Salvador, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição por outro, com o perfil referenciado na Cláusula 4.ª das Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos.

3 — Na situação referida no número anterior, o adjudicatário fica obrigado a informar, de imediato e por escrito, o Município de Machico, bem como a proceder à entrega dos respetivos comprovativos do cumprimento dos requisitos, nos termos do disposto na Cláusula 4.ª das Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos.

4 — O adjudicatário terá de preencher um Mapa Mensal de Assiduidade, até ao dia 8 do mês seguinte ao mês da realização do serviço, de acordo com minuta a fornecer posteriormente ao adjudicatário, o qual deverá ser confirmado pela Divisão do Ambiente e Sustentabilidade do município de Machico. As faturas serão obrigatoriamente acompanhadas por este documento.

#### Cláusula 8.ª

##### **Competências do coordenador da prestação de serviços**

Compete ao coordenador da prestação dos serviços, da responsabilidade do adjudicatário, assegurar, em termos gerais, as seguintes tarefas:

- a) Supervisão geral das atividades;
- b) Definição dos horários a praticar por cada um dos nadadores-salvadores;
- c) Garantir a substituição dos nadadores-salvadores sempre que necessário;
- d) Controlar o cumprimento dos requisitos legais da prestação dos serviços.

#### Cláusula 9.ª

##### **Posto de praia**

Nos termos do artigo 10.º do Decreto Regulamentar n.º 16/2008 de 26 de agosto, o posto de praia, é constituído pelos seguintes materiais e equipamentos homologados pelo ISN, ver anexo II;

- a) Cercado de proteção;
- b) Armação de praia;
- c) Mastro de sinais;
- d) Bandeiras de sinais;
- e) Boia circular;

- f) Boia torpedo;
- g) Barbatanas — pés de pato;
- h) Cinto de salvamento;
- i) Prancha de salvamento;
- j) Carretel;
- k) Vara de salvamento;
- l) Mala de primeiros socorros.

Artigo 10.º

**Materiais e equipamentos de socorro e vigilância**

De acordo com o artigo 22.º do Decreto Regulamentar n.º 16/2008 de 26 de agosto, o adjudicatário de garantir uma mala de primeiros socorros que deverá ser de material impermeável, com proteção apropriada, e deve estar identificada como «MALA DE PRIMEIROS-SOCORROS», contendo o seguinte material:

- a) Duas máscaras de reanimação;
- b) Spray analgésico;
- c) Material de limpeza e desinfetante;
- d) Compressas esterilizadas;
- e) Ligaduras;
- f) Adesivo anti alérgico;
- g) Pensos rápidos;
- h) Pinça;
- i) Tesoura;

- j) Pomada para queimaduras solares e picadas de insetos;
- k) Soro fisiológico;
- l) Luvas de látex;
- m) Manta térmica;
- n) Três colares cervicais de tamanhos pequeno, médio e grande
- o) Sacos de quente e frio;
- p) Sacos de vômito;
- q) Pomada cicatrizante;
- r) Desinfetante de mãos.

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SOCORRO NAS PRAIAS DE BANHOS DO CONCELHO DE MACHICO NA ÉPOCA BALNEAR 2025**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**ANEXO II**

**Posto de praia**

